



Newsletter

N.º 13 - Setembro 2014

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 O Estado de "Citius"
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Em mais um mês de escassa produção legislativa digna de destaque, e em que mesmo a jurisprudência publicada pouco trouxe de verdadeiramente relevante, optámos por dar especial enfoque no nosso artigo de opinião ao tema do momento, ou seja, a reforma da Justiça, e em particular ao estado caoticamente preocupante em que se encontra o sistema informático Citius e a algumas das inúmeras consequências nefastas que tal estado de coisas trouxe à vida de muitos cidadãos e de muitos operadores da Justiça.

Conclui-se com uma nota de esperança, resultante da previsível aprovação, ainda esta semana, de um diploma legal que virá definir o regime de suspensão dos prazos para a prática de atos processuais. Assim seja, e por essa via se permita minimizar o impacto negativo e nefasto de uma reforma mal feita, porque feita à pressa.

José Pina



O Estado de "Citius"

Na edição deste mês da nossa Newsletter ao invés de, como tem vindo a ser nossa prática, abordarmos com mais algum detalhe um tema técnico ou uma qualquer novidade jurídica, optámos por tratar um problema atual, sério, profundo e transversal à nossa Justiça: a reforma do mapa judiciário e a falência, por manifesta obsolescência do sistema informático Citius, de que tanto todos temos ouvido falar nestas últimas semanas.

Mais, decidimos ainda retardar por um dia o envio da mesma aos destinatários habituais na expectativa – que sabemos agora fundada – de podermos trazer novidades relevantes sobre este tema, e que reportaremos mais adiante.

Antes de mais, importa dizer que o que está a acontecer, ou seja, o estado caótico em que se encontra o Citius não é, em boa verdade, uma novidade para ninguém. Desde há muito que as limitações daquele sistema são conhecidas, que estão devidamente documentadas e que vêm sido dadas a conhecer por quem de direito, avisos esses que, sistematicamente esbarraram num muro de silêncio, senão mesmo de puro autismo.

Embora, pessoalmente, não partilhe da ideia de que a reforma do Mapa Judiciário constitui uma inevitável medida na modernização da Justiça e da sua adequação aos tempos atuais, por entender que as contingências económicas não podem servir de justificação para tudo, a verdade é que a reforma da organização judiciária era uma constante dos programas eleitorais dos sucessivos governos, pelo menos, desde o início do século, tendo todos eles em comum a necessidade da redução de custos, otimização de meios, crescente especialização e, bem assim, uma maior adequação tecnológica dos meios ao serviço deste sector em que o primado do papel e da burocracia teima em prevalecer (segundo alguns).

Mas, a triste realidade é que assistimos nestes dois últimos meses a uma pouco menos que patética implementação do chamado novo Mapa Judiciário, que entrou em vigor – teoricamente (e mesmo só teoricamente, note-se!) – no passado dia 1 de Setembro.

Os diversos meios de comunicação foram pródigos na divulgação de

Trata-se, ao que tudo indica, de um projeto que estabelece o regime jurídico transitório que define a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais iniciados ou terminados após o dia 1 de setembro.

situações que evidenciam, mesmo aos mais acérrimos defensores da reforma, a caótica movimentação de mais de três milhões de processos para as novas (23) comarcas. Como se tal não fosse, só por si, suficientemente grave, assistimos à indisponibilidade da plataforma de tramitação processual existente nos tribunais (Habilus/Citius) durante o período que, mantendo-se ainda, superou, sabe-se lá até quando, o anunciado de forma irresponsável, senão mesmo de forma enganosa.

E é assim que, ainda hoje, muitos dos processos permanecem afetos às instâncias extintas (!) e aguardam o processamento técnico de redistribuição. Outros, embora tecnicamente já redistribuídos, continuam a não permitir a consulta de documentos ou impedem a prática do ato por via eletrónica – nos termos que, aliás, o novo Código de Processo Civil impõe como obrigatório aos advogados!

Em face deste caos instalado, e sem fim à vista, todos nós vamos tendo conhecimento de casos e situações de extrema complexidade e dificuldade para o cidadão comum, nomeadamente, os que decorrem de processos de insolvência ou no âmbito de processos de Família e Menores, que nos dispensamos agora de enunciar.

Tal como nos dispensamos de comentar as dificuldades financeiras que alguns escritórios e Colegas em prática individual atravessam, em consequência do marasmo em que os tribunais e os processos se encontram...

Ora, colocando agora questões políticas à margem da discussão, o que importava era que os responsáveis tudo tivessem feito, de forma ponderada, cuidada, atempada, para que a Reforma do Processo Civil tivesse sido realizada

em harmonia e conjugação com a reforma da organização judiciária, tudo devidamente acompanhado pela necessária modernização das plataformas de tramitação eletrónica dos processos.

Salvo melhor opinião, e com o devido respeito pelos pensadores de todo este sistema, não me parece que fosse difícil pensar todo o sistema de uma forma integrada e, ao invés da ânsia política incauta, injustificada e provinciana de “mostrar serviço” a todo o custo, ter-se optado por uma implementação faseada, com a criação de algumas (poucas) comarcas “cobaias”, nas quais se iria testando, melhorando, retificando e ajustando o modelo. Mas, infelizmente, não isso que aconteceu.

Neste capítulo, bem andou o DIAP que, pela iniciativa da sua responsável máxima, e com base em informações que, ao que parece, só ela teria – o que sabemos não ser verdade, claro – pediu a suspensão da utilização do Citius e assim se viu poupado a este calvário...

Chegados a este ponto, impunha-se, e por muitos – senão mesmo por todos os operadores da Justiça – era reclamado que o Estado fizesse uso de mecanismos legais de exceção que garantissem a estabilidade dos Tribunais e da aplicação da justiça, e, conseqüentemente, a bem dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Finalmente, num rasgo já quase inesperado de razão, veio hoje mesmo o Ministério da Justiça garantir que se encontra a preparar um projeto legislativo de forma a suspender os prazos judiciais, o qual será discutido em Conselho de Ministros na próxima quinta-feira.

Trata-se, ao que tudo indica, de um projeto que estabelece o regime

jurídico transitório que define a suspensão dos prazos para a prática de atos processuais iniciados ou terminados após o dia 1 de Setembro.

O diploma prevê ainda que os prazos processuais que se iniciem após 1 de Setembro de 2014 ou, tendo-se iniciado anteriormente, terminem após essa data, consideram-se suspensos a partir de 1 de Setembro, retomando-se a sua contagem na data de entrada em vigor do referido decreto-lei.

Refere-se ainda que este diploma legal entrará em vigor um dia após a sua publicação em Diário da República e que vigorará até que seja emitida pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamento da Justiça uma declaração que ateste a “completa operacionalidade do sistema informático” (leia-se, do Citius).

A suspensão de prazos agora prevista (ou a prever) não se aplicará aos processos cuja distribuição foi publicada no Citius a partir de 15 de setembro.

E assim vamos andando, de remendo legislativo em remendo legislativo, aos solavancos.

José Pina

josepina@cammp.pt



JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- LABORAL -

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 8 de setembro de 2014

Justa causa de despedimento – Difamação – Facebook

As redes sociais fizeram surgir novos espaços que não se reconduzem facilmente às tradicionais esferas que se alargam progressivamente à volta do irreduzível núcleo íntimo de privacidade do indivíduo, o que adensa as dificuldades em traçar os contornos da privacidade que merece a tutela da confidencialidade, pelo que se torna necessária, para a caracterização de cada situação, uma cuidada apreciação casuística. Em tal apreciação, é de fundamental relevância a ponderação dos diversos fatores em presença – designadamente o tipo de serviço utilizado, a matéria sobre que incidem as publicações, a parametrização da conta, os membros da rede social e suas características, o número de membros e outros fatores que se perfilam como pertinentes em cada caso a analisar –, de molde a poder concluir-se se na situação sub judice havia uma legítima expectativa de que o círculo estabelecido era privado e fechado. Tal ocorre se se descortina a existência de um laço estreito entre os membros da rede social que não era expectável que fosse quebrado, contando aqueles membros com a discrição dos seus interlocutores

para a confidencialidade dos posts publicados e estando convictos de que mais ninguém terá acesso e conhecimento, em tempo real ou diferido, ao seu teor. Não havendo essa expectativa de privacidade, e estando o trabalhador ciente de que publicações com eventuais implicações de natureza profissional, designadamente porque difamatórias para o empregador, colegas de trabalho ou superiores hierárquicos, podem extravasar as fronteiras de um “grupo” criado na rede social facebook, não lhe assiste o direito de invocar o carácter privado do grupo e a natureza “pessoal” das publicações, não beneficiando da tutela da confidencialidade prevista no artigo 22.º do Código do Trabalho.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10 de setembro de 2014

Justa causa de despedimento – dever de zelo e diligência

Constitui justa causa de despedimento o comportamento culposos do trabalhador que, pela sua gravidade e consequências, torne imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho, devendo a culpa e a gravidade dos factos ser apreciadas em função dos padrões comportamentais e de exigência respetivamente correspondentes a um trabalhador médio e a um empregador normal, nas mesmas circunstâncias. A conduta do trabalhador deve ser apreciada globalmente, tendo em vista captar uma imagem global dos factos; e deve verificar-se um nexo de causalidade entre a conduta do trabalhador e a

impossibilidade (prática e imediata) de subsistência do contrato de trabalho. Na decisão de despedimento são suscetíveis de relevar fatores: (i) de índole objetiva, como sejam os bens/interesses jurídicos lesados, a gravidade dos danos/lesões decorrentes da conduta do trabalhador, a publicidade e repercussão social dos factos, o tempo e lugar dos factos, a reiteração da conduta do trabalhador, as advertências do empregador, a antiguidade e percurso anterior, as funções exercidas pelo trabalhador e seu enquadramento na estrutura da empresa, as relações entre o trabalhador e a empresa, as relações entre o trabalhador e colegas de trabalho, o carácter público ou privado do comportamento do trabalhador e as práticas disciplinares na empresa; e (ii) de índole subjetiva, como sejam a intencionalidade e o estado psicológico. Bater “com as costas da mão na cara” de uma criança na faixa etária dos 3 aos 5 anos de idade não se reconduz à categoria dos castigos “moderados”, sendo que o direito de correção, como justificação do facto, coloca-se hoje, entre nós, praticamente e apenas – e cada vez de forma mais restritiva – relativamente a pais (arts. 1878.º e 1885.º, n.º 1, do CC) e tutores (art. 1935.º, do CC), pelo que, na ausência de qualquer lei que o admita, um direito de correção do professor sobre os seus alunos que implique a prática, por aquele, de factos criminalmente típicos não parece poder hoje sufragar-se.

Carecendo de justificação os métodos educativos irregulares utilizados pela trabalhadora, que exerce as funções de educadora de infância, e tendo ainda presente que nada na factualidade provada permite supor que tais métodos tenham sido autorizados pela entidade empregadora, não pode deixar de concluir-se que aquela infringiu os deveres de zelo e diligência a que se encontrava adstrita, em termos que impossibilitam prática e imediatamente a subsistência da relação laboral.

- CIVIL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 18 de setembro de 2014

Venda de coisa defeituosa – Caducidade – Abuso de direito – Admissão

Integra violação das cláusulas gerais da boa fé e do abuso de direito o comportamento do vendedor de coisa alegadamente defeituosa que – embora sem reconhecer inequívoca e expressamente o vício ou defeito denunciado – admitiu como possível a sua existência e tentou, por várias vezes, corrigi-lo – vindo ulteriormente, contra facto próprio, invocar a caducidade, em consequência de o comprador – confiando justificadamente na seriedade do propósito de correção do vício ou defeito da coisa manifestado pela conduta do vendedor – não ter atuado em juízo antes de se ter revelado na prática o resultado final de tais tentativas de resolução do problema, de modo a excluir quaisquer perspetivas de solução

consensual do litígio. Porém, se a parte já resolveu o negócio com fundamento em incumprimento não pode ainda invocar, perante comportamentos da contraparte ulteriores ao ato resolutivo, não cabalmente conclusivos e inequívocos quanto ao reconhecimento do defeito, uma justificada confiança na obtenção de uma solução consensual para o litígio, posterior ao ato resolutivo, que a dispense de recorrer oportunamente às vias judiciais, respeitando o prazo curto de caducidade previsto no art. 917º do CC. Vale como denúncia ou reclamação dos defeitos da coisa a que é feita especificadamente em carta remetida à contraparte, reiterando que tais vícios não foram adequadamente solucionados pelas anteriores intervenções técnicas do vendedor – e manifestando a final o propósito de resolução do contrato por incumprimento do vendedor. Está fora do perímetro dos interesses especificamente tutelados através do regime da venda de coisas defeituosas, tal como se mostra especialmente construído e regulado nos arts. 913º e seguintes do CC – encontrando antes apoio nos princípios gerais do direito das obrigações, nomeadamente nos arts. 801º, nº2, e 432º – a ação de condenação intentada com vista à efetivação dos efeitos jurídicos típicos da resolução extrajudicial do negócio jurídico (operada logo após o ato de denúncia dos defeitos), maxime os deveres de restituição, não espontaneamente acatados pela contraparte. Na verdade, tal ação não tem como causa imediata os defeitos ou vícios da coisa vendida que justificaram o ato resolutivo, sendo o objeto e o

fim imediato das pretensões nela formuladas a título principal, meramente consequenciais ao exercício do direito de resolução, o asseguração, nos termos gerais de direito, da tutela judiciária efetiva da parte quanto aos típicos efeitos da resolução de um negócio jurídico, realizando, desde logo, o respetivo efeito retroativo sobre as prestações realizadas pelas partes em cumprimento do contrato.

- COMERCIAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11 de setembro de 2014

Cessão de exploração – Arrendamento para comércio ou indústria

As regras aplicáveis à interpretação e à determinação da validade de um contrato são as que vigoram à data da sua celebração. A conclusão sobre a vontade real (contratual) das partes é insuscetível de censura pelo STJ, posto que este está vinculado pelo entendimento que as instâncias alcançaram da interpretação dos factos, nomeadamente com recurso a presunções judiciais. Tanto no contrato de cessão de exploração, ou de locação de estabelecimento industrial, como no contrato de arrendamento de um imóvel com a finalidade de nele funcionar um estabelecimento industrial, o direito de gozo do imóvel é transferido temporariamente para pessoa diversa do respetivo



proprietário, sendo que no primeiro o gozo do imóvel integra o estabelecimento locado, cuja titularidade se mantém no locador, e no segundo, por virtude do arrendamento do local, o gozo vai integrar-se no estabelecimento de que é titular o arrendatário do prédio. Não é conciliável com a natureza do contrato de cessão de exploração de estabelecimento a circunstância de, na escritura em que se formalizou o contrato, resultar uma transferência temporária do imóvel, sem que da mesma resulte que ela acompanhe a locação do estabelecimento em que se integra, bem como a circunstância de nele haver referências às condições de um eventual trespasse. Verifica-se, por isso, uma contradição insanável entre o que resulta da escritura

(com cláusulas típicas de um contrato de arrendamento) – sendo certo que dos factos provados consta “28. A escritura pública referida em A) traduz a efetiva vontade das partes, confirmada perante notário” – e a conclusão das instâncias de que a vontade real das partes foi a de celebrar um contrato de cessão de exploração.

- PROCESSUAL PENAL -

Tribunal da Relação de Lisboa, de 18 de setembro de 2014

Consulta de Processo – Jornalista

Decorre do disposto no art. 90.º, n.º 1, do CPP, que o único critério para aferir da pretensão de terceiros para aceder à consulta de processo que não se encontre em segredo de justiça ou obter cópia, extrato ou certidão de

auto ou de parte dele, é o da existência de interesse legítimo por parte do requerente, que o deve alegar e provar. Entre as pessoas que, não sendo sujeitos processuais, podem ter um interesse legítimo no acesso ao processo encontram-se os jornalistas. Os jornalistas beneficiam de um regime especial por força do disposto no art. 8.º, n.ºs 2 e 3 do Estatuto dos Jornalistas, estabelecido pela Lei n.º 1/99 de 13/1, constituindo interesse legítimo a invocação pelo jornalista do interesse no acesso às fontes de informação. É de considerar como legítimo o interesse do requerente, ora recorrente, em consultar os autos ou obter cópia da acusação do Ministério Público, com o objetivo de realizar trabalho jornalístico, à luz do disposto no n.º 1 do art. 90.º do CPP.



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- ADMINISTRATIVO -

Portaria n.º 189/2014, de 23 de setembro de 2014

Procede à regulamentação necessária ao desenvolvimento da Chave Móvel Digital, que constitui um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública, incrementando o acesso dos cidadãos e agentes económicos aos serviços públicos prestados digitalmente, permitindo a autenticação através da introdução de uma palavra-

chave e de um código enviado por SMS ou por correio eletrónico para o número de telemóvel ou para o endereço de correio eletrónico indicados pelo cidadão.

- FISCAL -

Decreto do Presidente da República n.º 68/2014, de 16 de setembro de 2014

Ratifica a Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal, adotada em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 1988, conforme revista pelo Protocolo de Revisão à Convenção relativa à Assistência Mútua em Matéria Fiscal, adotado em Paris, em 27 de maio

de 2010.

- LABORAL -

Decreto-Lei n.º 144/2014, de 30 de setembro de 2014

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para o período compreendido entre 1 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, com efeitos imediatos.

- SAÚDE -

Lei n.º 52/2014, de 25 de agosto de 2014

transpõe a Diretiva de Cuidados de Saúde Transfronteiriços, entrou em vigor no dia no dia 1 de setembro.

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.